

PINGA-FOGO

■ **SEGURANÇA GA-NHA ESTRUTURA PRÓPRIA** - Na reta final, um revolucionário plano de criação de uma agência de notícias que cuidará da comunicação social da área de segurança do Rio, que ganhará estrutura própria, passando a atuar de forma proativa exclusivamente no setor. O desenho final foi feito em reunião comandada pelo governador Cláudio Castro, reunindo todos setores envolvidos. Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiros e Seap estarão com a unificação estrutural nesta agência que funcionará sob o guarda-chuva da Secretaria de Segurança Pública. A estrutura de comunicação será encorpada por jornalistas e profissionais de mídia especializados na área. O projeto inovador é visto como um case nacional, que poderá ser replicado até em outros estados.

■ A comunicação social na Segurança é vista como um dos pontos fracos do governo, que não consegue transmitir os investimentos e avanços na área. O posicionamento tem sido muito reativo às agendas negativas que são geradas no dia a dia. A ideia é assumir uma atitude proativa e unificada. A proposta recebeu aplausos dos setores e especialistas em segurança pública. O governador Cláudio Castro está entusiasmado com os resultados que a imagem da sua gestão passará a ter com a nova estrutura especializada para a comunicação da área de segurança.

■ **ESPAÇO COBIÇA-DO** - No Palácio do Planalto está ocorrendo uma briga de foice e martelo pela disputa do gabinete que pertenciam a André Ceciliano, na esquina

direita do terceiro andar e com uma vista deslumbrante da Praça dos Três Poderes. Até prepostos da primeira-dama Janja foram visitar o espaço. O ministro Alexandre Padilha, a quem está subordinada a Secretaria Nacional de Assuntos Federativos, que tem o domínio do gabinete, preferiu não ocupá-lo, por ficar muito exposto. O curioso é que a cobiça é pelo gabinete e não pela Secretaria Nacional, que poderá migrar para outra sala.

■ **ORDEM PRESIDENCIAL** - A decisão da desincompatibilização de André Ceciliano foi uma decisão do próprio Lula. Ele é visto como o político do Rio no qual confia e que sabe que cuidará da sua reeleição de 2026. Só para lembrar, o casal Ludimilla e André foram um dos poucos políticos fluminenses convidados para o casamento de Janja e Lula. Durante o ano e meio no Planalto, não foram poucas as vezes que o presidente chamava André para uma conversa informal no final do expediente, sobre o cenário nacional e, especialmente, o Rio.

■ **ESQUERDA DIVIDIU** - Na campanha de 2022, o lançamento da candidatura de André Ceciliano ao Senado foi uma decisão pessoal de Lula. A esquerda só perdeu a cadeira pela birra criada por Alessandro Molon, que decidiu também concorrer. Os votos dos dois superaram os de Romário.

■ **MISSÃO FEDERAL** - Se for confirmado como candidato a vice-prefeito na chapa de Eduardo Paes, a missão de André Ceciliano será grande. Fará a ligação da prefeitura com os ministérios e todo o

Governo Federal, na captação de recursos para o Rio. Com livre trânsito em todas as pastas, ele viabilizará os grandes projetos para o Rio.

■ **MISSÃO INTERIOR** - Para 2026, junto de Eduardo Paes, André Ceciliano fará a ponte do alcaide com o interior, um território no qual Ceciliano nada de braçada. Ele cuidará de Brasília e do interior, em dupla missão.

■ **FINALMENTE MINISTRO** - O deputado Pedro Paulo não ficará órfão se ceder sua cadeira de candidato a vice para André Ceciliano. Ele poderá ser um dos nomes escalados para o novo ministério que Lula anunciará no final do ano. A pasta do Planejamento ou Desenvolvimento Regional, uma mais parruda, poderá ir para o parlamentar. Na primeira formação ministerial, Pedro Paulo chegou a dormir ministro. Está na hora do parlamentar ter voos maiores, na altura do respeito que conquistou no parlamento.

■ **VAI DEMORAR** - Uma coisa é certa. O anúncio do vice de Eduardo Paes só ocorrerá próximo às convenções partidárias. Ele vai utilizar todas as cartas do xadrez político e se a opção for o PT, o anúncio tardio não afetará o eleitorado da direita que ele tanto precisa para a reeleição.

■ **ESCALANDO TIME** - O pré-candidato a prefeito do Rio, Marcelo Queiroz, do PP, vai registrar em cartório os nomes que poderão compor o seu secretariado caso seja eleito prefeito. Quer montar uma equipe de notáveis de diferentes áreas que ajudarão no plano de governo.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colnamagnavita



NA ESTRADA - O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, está onipresente no Brasil. Esteve no Nordeste, depois em palestra sobre segurança em Brasília e, na sexta (7), estava em Florianópolis para uma concorrida agenda. Na foto, Caiado usando um chapéu que ganhou dos catarinenses, ao lado do governador Jorginho Mello e do empresário Ninfo König. Sem alarde, o governador goiano firma o seu nome como um forte candidato da direita para 2026 e sempre afirmando: "se Bolsonaro não puder concorrer"



NOME NACIONAL - A confraria Bem-te-vi promoveu o almoço em Florianópolis para o governador Ronaldo Caiado. O presidente é Ninfo König, dono da Atrio Hotéis - e o vice Giancarlo Tomelin, ex-deputado do PSDB. Um dos fundadores da confraria é Vinícius Lummertz, ex-ministro do Turismo. Na Fiesc, Caiado ganhou um grande evento presidido por Mário César Aguiar. O político goiano teve reuniões partidárias com PSD e União Brasil Catarinense. O almoço teve a presença de políticos como Jorge Bornhausen e Paulinho Bornhausen, além de grandes empresários de todo o estado. Ele ainda fez palestra no Lide SC, à noite. Dia cheio. As palavras do pré-candidato Caiado foram muito bem recebidas e ele ouviu a todos. Está agindo muito além da fronteira e com o pé na estrada

Fotos Cláudio Magnavita



No jantar em Brasília oferecido aos convidados do Seminário Internacional sobre Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia, o ex-primeiro ministro de Portugal José Sócrates ladeado por Rafael Valim (esquerda), diretor do IREE, e o anfitrião Walfrido Warde (direita), presidente do Instituto para a Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE) em Brasília



Da esq. pra a dir: delegado da PF, Paulo Maiurino (ex-diretor geral da PF), Victor César Santos (delegado da PF e secretário de Segurança Pública do Rio) e Sandro Avelar (Delegado da PF e secretário de Segurança Pública do DF). Vitor e Sandro foram colegas de turma da PF e hoje comandam pastas da SSP. Dois profissionais apaixonados pelo que fazem. Eles foram palestrantes do Seminário Internacional sobre Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia



Tatiana Binato e o secretário da Casa Civil do Governo do Rio, Nicola Miccione com Walfrido Warde (c), no jantar que comemorou o sucesso do Seminário Internacional de Segurança realizado na sede do Instituto de Direito Público (IDP) na capital federal

Sérgio Cabral*

Sistema de representação e nossas jabuticabas

O presidente Lula irá à Europa nessa semana. Será sua primeira viagem ao velho continente, depois da última à Alemanha, seis meses atrás, no seu terceiro mandato como presidente do Brasil.

Apesar da sua agenda cheia, pelo seu prestígio internacional, gostaria que o meu amigo gastasse um tempo para estudar os diversos modelos de parlamentarismo europeu.

Por outro lado, sugiro que Lula estude também o sistema presidencialista norte-americano em ano quente de eleições.

Feito isso, meu amigo terá a certeza que nosso sistema atual é esquizofrênico. O que somos? Um regime republicano presidencialista. Ratificado há 31 anos, no plebiscito sobre forma de governo, determinado pela Carta de 1988. Na época, tínhamos poucos anos de redemocratização.

Precisamos repensar nosso sistema político. Temos partidos muito fortalecidos após a decisão do financiamento público em meio ao calor da fogueira moral da lava-jato.

São partidos que mais parecem cartórios dirigidos por

cartolas, que muitas vezes não têm nenhuma conexão com o respaldo popular.

Ao passo que nos regimes parlamentaristas, o chefe partidário é o "carregador" de votos da legenda, cujo cargo mais relevante, no sistema parlamentarista, é o secretário-geral do partido.

Mas a nomenclatura não importa. O que vale é que Tony Blair, ou Felipe Gonzalez, ocupavam a secretaria-geral de seus partidos, o Trabalhista e o PSOE, respectivamente. Tem cabimento o voto proporcional? Meu estado, o Rio de Janeiro, tem 92 cidades. O candidato a deputado, seja federal ou estadual, que, hipoteticamente, teve seus votos espalhados por todas as cidades fluminenses, e há vários casos assim, tem compromisso com que região? Como vai destinar suas emendas? Qual a identidade da parlamentar com aquela cidade onde não foi expressiva sua votação? Ela(e) voltou na cidade, ouviu seus eleitores?

Precisamos urgentemente decidir sobre o voto distrital puro ou misto, como na Alemanha. Onde se vota duas vezes na urna. Uma no seu representante do distrito e

outra no partido. Assim o eleitor terá escolhido o seu representante que convive o dia a dia da região; e nos valores e pensamento político que acredita.

No Reino Unido e nos Estados Unidos, o voto é distrital puro. Churchill tinha que se submeter ao escrutínio distrital para renovar seu mandato. Fico imaginando o maior nome do século XX, tendo que ir tomar chá das cinco com sua base. Isso é democracia na veia!

Já nos Estados Unidos, o parlamentar que ocupa cargo no executivo renuncia ao mandato. Hillary Clinton renunciou ao Senado norte-americano para ocupar o cargo de Secretária de Estado dos EUA de Barack Obama - equivalente ao nosso Ministério das Relações Exteriores.

O espaço da coluna me impede de aprofundar um tema tão fundamental e fora da pauta do país, infelizmente.

Tem cabimento a figura de suplente de senador? O voto obrigatório? Muita jabuticaba para ser digerida...

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

Vicente Loureiro*

Tomada de contas ambientais

Há mais de meio século, por iniciativa da ONU, comemora-se o Dia Mundial do Meio Ambiente. E desde 1981, o Brasil instituiu a Semana do Meio Ambiente, com objetivos semelhantes: alertar as pessoas sobre questões e problemas ambientais, destacar atitudes exitosas de proteção, preservação e conservação dos recursos naturais, e valorizar mudanças de hábitos e costumes predatórios e de desperdício.

Nesse período, pode-se contabilizar avanços tanto na tomada de consciência quanto na promoção de iniciativas em defesa do planeta e no combate às mais diversas formas de destruição do patrimônio natural. Porém, ainda estamos longe de estabelecer padrões de convivência sustentável entre as atividades humanas e a natureza. A temperatura da Terra continua aumentando, e as catástrofes ambientais, produto das mudanças climáticas, impõem urgência no enfrentamento dessa crise, que não só põe em cheque a sobrevivência de várias espécies, como também ameaça a nossa própria existência.

Por aqui, mesmo a Constituição de 1988 determinando que todos devemos ter uma postura de responsabilidade com o meio ambiente, continuamos desmatando florestas, aumentando o uso de combustíveis fósseis, poluindo rios e contaminando solos, entre outras mazelas. Parece que ainda não entendemos o desafio principal e imediato da humanidade: manter viáveis todas as formas de vida em todo o planeta.

Preservar a vida na Terra, valorizando a biodiversidade e controlando a poluição, é dever de todos. Governos, empresas e sociedade civil devem traçar e perseguir metas pessoais, coletivas, políticas e institucionais diferenciadas, se possível, aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criados pela ONU em 2015. Isso será decisivo para reduzirmos riscos e impactos provocados pelos desafios climáticos, cada vez mais presentes no mundo.

No Brasil, governos, empresas, entidades e pessoas físicas têm por obrigação prestar contas anualmente

aos Tribunais de Contas e à Receita Federal sobre seu desempenho financeiro. Não cumprir tais regras significa submeter-se a um conjunto severo de penalidades. Cumprir essas obrigações em dia não significa ficar isento de multas e outros constrangimentos. Será que não deveríamos, primeiramente, estabelecer para os governos, em seus três níveis, a obrigatoriedade de realizar anualmente sua contabilidade ambiental e apresentá-la à sociedade?

Não seria preciso criar novas casas de contas ou órgãos semelhantes. Os tribunais existentes poderiam, através de departamentos especializados, cuidar de examinar o balanço ambiental de cada ente, aprovando-o ou não, mas principalmente recomendando ajustes na forma como cada um deles lida com o ambiente sob sua jurisdição. Interessa a todos nós saber como municípios, estados e o governo federal estão cuidando do que nos garante a vida.

*Arquiteto e urbanista